

# Lula quer expandir estatal para dar cargos a aliados e abafar crises regionais

Codevasf confirma estudo de expansão em Pernambuco e Minas Gerais, mas diz não haver estimativa de custo para implementação

Cátia Seabra, Thiago Resende e Mateus Vargas

**BRÁSILIA** O governo Lula (PT) deve ampliar superintendências da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba) para acomodar aliados e debelar disputas regionais por espaço na estatal.

De acordo com integrantes do governo, parlamentares e membros da Codevasf, o plano é duplicar a direção das superintendências de pelo menos dois estados: Pernambuco e Minas Gerais.

Em nota, a companhia confirmou que a expansão está em análise e disse que não há estimativa de custos ou definições sobre cargos.

A iniciativa, segundo a Folha apurou, ainda pode ser reproduzida ao menos em Goiás e na Paraíba, palco de rixas entre partidos que já integram a base governista ou que o Palácio do Planalto busca atrair.

Com mais cargos nessas regiões, o governo pretende atender a pedidos de parlamentares de diferentes partidos que disputam localmente pelo comando da estatal nos seus estados de origem.

Esse movimento vem em meio ao avanço de CPIs (comissões parlamentares de inquérito) no Congresso, como a do MST, e proximidade de votações de pautas importantes na Câmara e no Senado. Portanto, faz parte da estratégia do Palácio do Planalto de buscar consolidar uma base de apoio no Legislativo.

A Codevasf foi entregue pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) ao centrão e é mantida dessa forma por Lula em troca de apoio no Congresso.

A briga por cargos vem enquanto avança a apuração de suposta corrupção com verbas da estatal, que no último governo passou a escorrer verbas de emendas em obras de pavimentação e maquinários.

No ano passado, a Polícia Federal levantou suspeitas de que uma empresa pagou propina de R\$ 250 mil para um gerente da companhia, como revelou a Folha.

Atualmente, há 12 superintendências da Codevasf em 11 estados, além de outras 2 que aguardam aprovação pela Sesf (Secretaria de Coordenação das Estatais), do Ministério da Fazenda, para começarem a operar em Fortaleza e João Pessoa.

Não é novidade a Codevasf ter duas superintendências em um mesmo estado. Na Bahia, há representação em Bom Jesus da Lapa e em Juazeiro.

Em Pernambuco, a Codevasf ampliou de sete para dois escritórios: Petrolina e Recife. Para o comando da regional do Recife, deverá ser nomeado um indicado do PSB e do Republicanos, sendo responsável por 99 municípios. Um indicado do PT deverá assumir Petrolina, com outras 46 cidades.

A unidade da Codevasf de Petrolina está desde 2016 sob comando de Auriveter da Silva, que foi assessor parlamentar de Fernando Bezerra (MDB), ex-líder no Senado do governo Bolsonaro.

No governo Lula, o clã da família Bezerra Coelho, que inclui o deputado federal Fernando Coelho e o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho, ambos da União Brasil, já emplacou o advogado Henrique de Assis Coutinho Bernardes em uma das diretorias mais cobiçadas da estatal federal.



Equipamentos abandonados em depósito do projeto de irrigação do Pontal Sul da Codevasf em Petrolina, Pernambuco, um dos estados onde o governo planeja expandir cargos na estatal

Karime Xavier - 25.nov.21/Folhapress

Desde março, Bernardes comanda a diretoria de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura, cobiçada por parlamentares por envolver desde a compra de maquinários, como tratores, até obras de pavimentação e integração do rio São Francisco.

Os cargos de chefia da Codevasf em Pernambuco estão sendo disputados pelo deputado Sílvio Costa Filho (Republicanos), o grupo político liderado pelo prefeito do Recife, João Campos (PSB), e o senador Humberto Costa (PT).

Em Minas Gerais, a superintendência atual fica em Montes Claros e é comandada por Marco Antonio Graça Câmara, cuja indicação contempla um grupo de deputados mineiros como Luis Fibre (líder do partido Avante), Fred Costa (líder do Patriota) e Luiz Fernando Faria (PSD), com apoio do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No entanto, há pressão de outros partidos para ocupar o cargo, inclusive do deputado Paulo Guedes (PT-MG).

Diante disso, o governo planeja abrir outra superintendência em Belo Horizonte.

Para técnicos da Codevasf, a expansão mostra que a estatal tem perdido o foco para atender a interesses políticos. Isso porque os braços regionais da estatal estão sendo levados para locais sem projetos de irrigação.

Como exemplo, esses técnicos citam a mudança da sede da empresa em Alagoas de Penedo, no interior, para a capital, Maceió. Essa unidade é comandada por Joãozinho Pereira (PP), primo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O governo Lula decidiu manter o engenheiro Marcelo Moreira na presidência da estatal, nome indicado em 2019 pelo atual líder da União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA). Já parte dos diretores e superintendentes foi alterada para retirar bolsoneiros e abrigar indicados de aliados da atual gestão no Congresso Nacional.

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), emplacou o filho no comando da estatal no Piauí, cargo antes exercido por um indicado do senador Ciro Norberto, disse Romão da Casa Civil de Bolsonaro.

Deputado do PL emplaca indicado em posto no governo

João Pitombo

**SALVADOR** O deputado federal João Carlos Bacelar (PL-BA), filiado ao maior partido da oposição e correligionário do ex-presidente Jair Bolsonaro, emplacou um aliado em cargo no governo Lula (PT).

Após indicação de Bacelar, o advogado Otávio Alexandre Freire da Silva foi nomeado para comandar o escritório regional da SPU (Superintendência do Patrimônio da União) na Bahia. A nomeação foi publicada em 12 de maio no Diário Oficial da União.

Procurado pela Folha nesta sexta (19), o deputado disse que estava em trânsito e não poderia falar sobre o assunto. Deputados federais governistas, contudo, confirmaram que a indicação para a SPU partiu de João Carlos Bacelar.

Conhecido como Jonga Bacelar, ele é da ala raiz do PL, que já estava no partido antes da filiação de Bolsonaro em 2022, e é próximo ao presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

Ele foi aliado do então governador da Bahia, Rui Costa (PT), hoje ministro da Casa Civil, mas apoiou Bolsonaro em 2018 e 2022. Chegou a ser vice-líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

Desde a eleição de Lula, contudo, se aproximou do novo governo em votações no Congresso. Ainda em 2022, votou a favor do petista na PEC da Transição. Nesta semana, foi um dos deputados favoráveis à urgência da votação do novo arcabouço fiscal.

O advogado nomeado para a SPU não tem histórico no bolsoneirismo. Em 2018, assinou petição pública em favor da candidatura de Lula à Presidência, que acabou barrada pela Justiça Eleitoral.

Presidente do PL na Bahia, o ex-ministro da Cidadania João Romão tem afirmado que as dissidências internas geram desconforto, mas descarta punições a parlamentares que se alinharem ao governo. "Não vamos transformar o partido em tribunal. Cada parlamentar deve satisfação ao seu eleitor", disse Romão em recente entrevista à Folha.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 4